



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**  
Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

**Resolução nº13.443/2017**

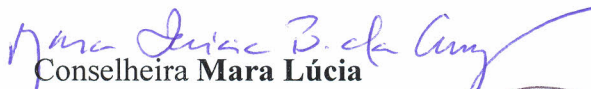
**Processo** : 201706861-00  
**Origem** : Câmara Municipal de Soure  
**Assunto** : Consulta  
**Consulente** : **Jorge Peixoto Ramos – Presidente**  
**Relator** : Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas**

**EMENTA: Admitida com fulcro no Artigo 299, II do Regimento Interno do Tribunal e no mérito respondida.**

**ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposição de voto do Conselheiro Substituto Relator, que passam a integrar esta decisão:

**I –** Considerar adequado ao Poder Executivo Municipal a complementação orçamentária de crédito adicional ao Poder Legislativo Municipal, até o limite do Artigo 29-A da Constituição Federal de 1988, desde que preenchidas as exigências das Leis nº3.406/2016 (Lei Orçamentária Anual) e Lei nº4.320/64.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,  
em 29 de agosto de 2017.

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Presidente da sessão

  
Conselheiro **Daniel Lavareda**  
Relator Originário

  
Conselheiro Substituto **Sérgio Franco Dantas**  
Proposta de Voto

Presentes: Conselheiros Antônio José Guimarães, Sérgio Leão, José Carlos Araújo,  
Ministério Público Procuradora Elisabeth Salame da Silva.



08.

ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

**Resolução nº13.443/2017**

**Processo nº : 201706861**

**Município: Soure**

**Órgão: Câmara Municipal**

**Assunto: Consulta- Majoração de duodécimo da Câmara Municipal**

**Exercício: 2017**

**Responsável: Jorge Peixoto Ramos.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de consulta formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Soure, Sr. Jorge Peixoto Ramos, nos termos do artigo 1º, XVI da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, que versa sobre a seguinte indagação:

*1- É legal que o poder Executivo dê suporte orçamentário de crédito adicional para o Poder legislativo?*

A solicitação foi baseada por ter sido constatado que o repasse do duodécimo para o poder legislativo municipal para o exercício de 2017 está inferior ao previsto no art. 29, I da CF<sup>1</sup>, pois foi verificado que a receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, apurada no balanço, possibilitaria um repasse maior que o valor previsto na LOA- Lei Orçamentária Anual de Soure.

Analizados os critérios de admissibilidade da presente consulta, com fulcro no art. 299, II do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará- RITCM/PA<sup>2</sup>, verifico, na forma estabelecida neste Regimento Interno, a observância quanto aos requisitos legais no que se refere a legitimidade para a sua propositura, bem como a matéria em enfoque que, em caráter excepcional, versa sobre o caso concreto, estando em consonância ao dispositivo legal amparado pelo art. 300, § 2º do RITCM/PA<sup>3</sup>.

1- Art.29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009).

2- Art. 299. Estão legitimados a formular consulta:  
(.....)

II- O Presidente da Câmara Municipal.

3- Art. 300. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento.

§ 2º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejudgado do fato ou caso concreto.





P.09

ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

**DO MÉRITO:**

Analizando o questionamento realizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Soure, informamos que o crédito suplementar destina-se ao reforço de dotação já existente, pois são utilizados quando os créditos orçamentários são ou se tornam insuficientes. Sua abertura depende da prévia existência de recursos para a efetivação da despesa, sendo autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo. Cabe ressaltar que a lei orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite.

De acordo com o art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964<sup>4</sup>, os créditos adicionais classificam-se em:

- “suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;”
- “especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;”
- “extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.”

O art. 42 da legislação apontada, disciplina que os créditos suplementares são instituídos por Lei e abertos por decreto executivo, e em seu art. 43, condiciona a sua abertura a existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, além da exigência de exposição de justificativa.

Consideram-se recursos para o fim do art.43(I) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, (II) os provenientes de excesso de arrecadação, (III) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei e (IV) o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Ressalta-se que a LOA- Lei Orçamentária Anual do Município de Soure, Lei nº 3.406/2016 em seu art. 4º, dispõe sobre a possibilidade de abertura de créditos adicionais suplementares no limite de 50%(cinquenta por cento) da receita prevista.

Com fulcro na legislação acima comentada, entendemos ser possível a majoração do valor do duodécimo a ser repassado à Câmara Municipal por meio de créditos adicionais, desde que seja observado o limite previsto na Lei nº 3.406/2016(LOA), e que existam recursos disponíveis para ocorrer a despesa e da exposição de justificativa. Ademais, referida adequação orçamentária, está adstrita à autonomia orçamentária e financeira do Poder Executivo Municipal, sendo um juízo de

4. Art. 41 –Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO FRANCO DANTAS

P.10

conveniência e oportunidade do Prefeito, uma vez que é necessária a verificação se o aumento dos recursos repassados ao legislativo não prejudicarão a execução das políticas públicas municipais.

Resumindo, as possibilidades quanto a valores superiores e inferiores ao teto constitucional constante na LOA, podemos afirmar, que se o valor se apresentar inferior ao teto constitucional, exposto no art. 29-A I da CF/88<sup>5</sup>, o Chefe do Executivo não está obrigado a elevar o valor do repasse, salvo justificativa por parte da Câmara e disponibilidade financeira do Executivo mediante a abertura de Crédito Adicional até o limite constitucional. Caso contrário, onde o valor fixado na LOA apresentar-se superior ao teto constitucional, o repasse deverá ser reduzido automaticamente, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, nos moldes do art. 29 § 2º I<sup>6</sup>, pois a vedação para que se efetue repasse menor do que o estabelecido na LOA somente é aplicável quando o valor fixado ultrapassar o limite constitucional.

Considerando o comentário supracitado, respondemos ao questionamento aqui formulado, afirmando que está dentro da legalidade a possibilidade de majoração do repasse do duodécimo, por meio de créditos adicionais, desde que seja observado o limite previsto na Lei nº 3.406/2016(LOA) e os requisitos da Lei nº 4.320/64, bem como o limite constitucional previsto no Artigo 29 A, §2º I da CF/1988.

É como respondendo a Consulta.

Belém, 29 de agosto de 2017.

  
**Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas**  
**Relator**

---

5-Art.29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes

6-§2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I-efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo.